

SP monitora agressores desde 2023; deputados aprovam regra para país

Medida já é adotada pelo governo paulista desde 2023 com acompanhamento policial

Por Raphaela Cordeiro

Enquanto a Câmara dos Deputados aprovou nesta semana um projeto de lei que torna obrigatório o uso de tornozeleiras eletrônicas para agressores de mulheres em casos de alto risco, o Estado de São Paulo já adota esse tipo de monitoramento desde 2023. A política paulista inclui acompanhamento em tempo real pela polícia e botão do pânico para vítimas e se tornou referência para ampliar a medida no país.

O projeto aprovado pela Câmara na terça-feira (10) permite que a Justiça determine o uso imediato de tornozeleira eletrônica por agressores em casos de violência doméstica com risco à vida ou à integridade da mulher.

A iniciativa altera a aplicação das medidas protetivas da Lei Maria da Penha e estabelece o monitoramento eletrônico como regra em casos de alto risco. O texto também prevê que a vítima receba um dispositivo de alerta caso o agressor se aproxime da área de restrição definida pela Justiça.

Segundo dados citados no projeto, atualmente apenas cerca de 6% das medidas protetivas contam com monitoramento eletrônico no país. A expectativa é que a ampliação da ferramenta ajude a reduzir feminicídios e a reincidência de agressões.



Divulgação/Governo de SP

O projeto aprovado pela Câmara prevê monitoramento obrigatório em casos de alto risco

Enquanto a discussão avança no Congresso, o Estado de São Paulo já utiliza o monitoramento eletrônico de agressores desde setembro de 2023, em parceria com o Tribunal de Justiça. Desde a implantação do sistema, 1.198 homens foram monitorados e 123 acabaram presos por descumprirem a medida de afastamento.

O acompanhamento é feito 24 horas por dia pelo Centro de Operações da Polícia Militar (Copom). Após decisão judicial, o agressor passa a usar tornozeleira

eletrônica e seus deslocamentos são monitorados em tempo real. Caso ele ultrapasse o perímetro de exclusão — que pode incluir a casa da vítima ou locais frequentados por familiares — o sistema emite alertas automáticos para a central policial.

Quando ocorre o descumprimento da medida protetiva, a Polícia Militar envia imediatamente uma viatura para abordar o agressor, enquanto outra equipe é deslocada até a vítima. Paralelamente, atendentes do Copom entram em contato com a mulher

para orientá-la sobre os procedimentos de segurança.

A política de monitoramento também está integrada ao aplicativo SP Mulher Segura, lançado em março de 2024. A plataforma permite que mulheres com medida protetiva acionem a polícia por meio de um botão do pânico caso percebam a aproximação do agressor.

O sistema utiliza o login gov.br para identificação da usuária e verifica automaticamente se há medida protetiva ativa. Caso haja, o aplicativo libera imedia-

tamente o botão de emergência, que envia alerta direto ao Copom para agilizar o atendimento policial.

Além do monitoramento eletrônico, o Estado ampliou a rede de proteção às vítimas de violência. Atualmente, São Paulo conta com 143 Delegacias da Defesa da Mulher e expandiu as chamadas salas DDM Online em plantões policiais, que permitem atendimento especializado por videoconferência.

Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública apontam 1.568 feminicídios no Brasil em 2025, alta de 4,7% sobre o ano anterior. O levantamento também aponta que parte das vítimas já possuía medidas protetivas em vigor, o que reforça a necessidade de mecanismos mais eficazes de monitoramento dos agressores.

A proposta aprovada na Câmara ainda aumenta a pena para quem descumprir medidas protetivas e prevê mais recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para ações de enfrentamento à violência contra a mulher, incluindo a compra e manutenção de tornozeleiras eletrônicas.

Se aprovado pelo Senado e sancionado, o projeto pode ampliar nacionalmente um modelo já aplicado no estado de São Paulo para reforçar a proteção de mulheres vítimas de violência doméstica.

3ª parcela do IPVA para placa final 1 deve ser paga hoje

Divulgação/Governo de SP

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) retomou em março o calendário de pagamento do IPVA 2026. O prazo para quitar a terceira parcela para veículos com placa final 1 termina nesta quinta-feira (12). A consulta do valor pode ser feita na rede bancária, pelo número do Renavam, ou no site da Sefaz-SP, com Renavam e placa.

As parcelas vencem sempre no mesmo dia de cada mês, conforme o final da placa. Para a placa 1, por exemplo, os vencimentos ocorrem no dia 12 entre janeiro e maio. Caso a data caia em fim de semana ou feriado, o pagamento pode ser feito no próximo dia útil. Proprietários de caminhões têm até 20 de março para optar pelo parcelamento e pagar a primeira parcela.

O pagamento pode ser feito



Alíquota para carros de passeio é a mesma do ano passado, 4%

na rede bancária credenciada com o número do Renavam. O Pix é a forma preferencial indicada pela Sefaz-SP, com QR code gerado no site oficial. Também é possível pagar por internet banking, caixas eletrônicas ou lotéricas, além de cartão de crédito em empresas

credenciadas. Quem atrasar o pagamento paga multa de 0,33% por dia e juros com base na taxa Selic. Após 60 dias, a multa chega a 20% do valor do imposto e o débito pode ser inscrito na Dívida Ativa. As alíquotas seguem as mesmas do ano passado.

SP leva economia criativa ao SXSW 2026

O Governo do Estado de São Paulo participa da edição 2026 do South by Southwest (SXSW), maior festival de inovação do mundo, com a SP House, espaço voltado à promoção da economia criativa e à atração de investimentos. Entre 13 e 16 de março, em Austin, no Texas (EUA), a iniciativa ocupará uma estrutura de 2.200 m² na Congress Avenue, com painéis, encontros institucionais e ativações.

A expectativa é receber mais de 15 mil visitantes, conectando startups, empresas e investidores de diferentes países. A SP House funciona como um hub de networking e internacionalização para projetos ligados a programas estaduais como o CreativeSP e o SP Global Tech, em parceria com a InvestSP.

Com o tema "We are borderless", a programação propõe

discutir a circulação global de ideias, talentos e oportunidades em um cenário cada vez mais conectado. A agenda inclui debates sobre tecnologia, criatividade e impacto social, reunindo empreendedores, pesquisadores e gestores públicos.

A estrutura também foi pensada para estimular encontros entre profissionais do setor criativo, investidores e representantes de instituições públicas e privadas, ampliando as possibilidades de parcerias e negócios durante o festival.

Segundo a secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas, a presença no festival integra a estratégia de posicionar São Paulo como polo global de inovação e economia criativa. A estrutura contará ainda com espaços para conteúdos, gravação de videocasts e experiências culturais.